XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **22/07/2018**

Aprovado em: **28/07/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.25.03>

IDENTIDADE DESVALORIZADA. EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NÃO VIVENCIADA: REFLEXÕES
SOBRE A COMUNIDADE DE SÃO BRAZ

EIXO: 25. EDUCAÇÃO, INTERCULTURALIDADE E DESCOLONIZAÇÃO DO SABER

JAQUELINE BARBOSA DA SILVA , ANA PAULA NUNES MELO

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo investigar a relação de identidade cultural dos alunos do ensino fundamental, do Centro Educacional Municipal Ana Judite de Araújo Melo, pertencentes à comunidade de São Braz, em Santo Amaro, no estado da Bahia. E como objetivos específicos, buscamos analisar a escola como local de práticas étnico-raciais inclusivas de acordo com a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Percebendo, contudo, como a escola contribui para o fortalecimento da identidade quilombola. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, um estudo de caso; tendo como principal instrumento de coletas de dados, os questionários. Com o intuito de compreender o pertencimento dos alunos com a identidade negra quilombola. Como resultado foi possível reconhecer que os jovens não apreciam a sua localidade como resistência de uma luta histórica, coletiva e única dos povos afrodescendentes e a escola não contribui para a valorização e fortalecimento da sua identidade quilombola.

Palavras-chave: Educação. Identidade. Comunidade Quilombola.

Abstrct: This research had as objective to investigate the relation of cultural identity of fundamental education, of the Municipal Educational Center Ana Judite de Araújo Melo, belonging to the community of São Braz, in Santo Amaro, Bahia. And as specific objectives we seek to analyze the school as a place of inclusive ethnic-racial practices in accordance with the National Curricular Guidelines Law of Basic Education; understand how the school contributes to the strengthening of the quilombola identity. The methodology used was the qualitative research, a case study, having the questionnaires as main instrument of data collection, in order to understand the students' belonging to the black quilombola identity. As a result, it was possible to recognize that young people do not appreciate their locality as a resistance to a collective and historical, collective struggle of African-Brazilian peoples and the school does not contribute to the valorization and strengthening of their quilombola identity.

Keywords: Quilombo. Identity. Education. Guidelines. Young

Resumen: Esta investigación tuvo como objetivo investigar la relación de identidad cultural de los estudiantes de la escuela primaria del Centro Educativo Municipal Ana Judite de Araújo Melo, pertenecientes a la comunidad de São Brás, en Santo Amaro, en la Bahia. Y como objetivos específicos buscamos analizar la escuela local de prácticas étnicas raciales inclusivas de acuerdo con la Ley de Directrices Curriculares Nacional de Educación Básica. Percibir como la escuela contribuye al fortalecimiento de la identidad quilombola. La metodología utilizada para investigación cualitativa, un estudio de caso, teniendo como principal instrumento de filas de datos los cuestionarios, con el fin de comprender o pertenecer a los alumnos con una identidad negra quilombola. Como resultado fue posible reconocer que los jobens no aprecian su localidad como resistencia de una lucha historica, colectiva y única de los pueblos afrodescendientes y la escuela no contribuye a la valorización y fortalecimiento de su identidad quilombola.

Palabras- clave: Educación, Identidad, Comunidad Quilombola

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como **objetivo geral**, investigar a relação da identidade cultural dos alunos do ensino fundamental, do Centro Educacional Municipal Ana Judite de Araújo Melo, na comunidade São Braz, no município de Santo Amaro – Bahia. Espaço em que se destaca no que tange o grande número de comunidades remanescentes de quilombo.

Como **objetivos específicos**, buscamos compreender a escola como local de práticas étnico-raciais inclusivas para o fortalecimento da identidade de acordo com a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Contudo, perceber como a escola contribui para o fortalecimento da identidade quilombola e para ampliação dos debates acerca do preconceito racial, que pode contribui para o pertencimento dos alunos com a identidade negra e remanescente de quilombo.

Definimos como **sujeitos** desta pesquisa os alunos do ensino fundamental II, do Colégio Municipal Ana Judite de

Araújo Melo, remanescente de quilombo, pertencentes à comunidade de São Brás, em Santo Amaro - Bahia.

A **abordagem metodológica** utilizada foi a pesquisa qualitativa, com a técnica de estudo de caso que segundo Yin (2015 pg.17) apud Melo (2016 pg.21) “este tipo de estudo caracteriza pela análise de um ou de poucos objetos, a permitir conhecimento amplo e específico do mesmo”. E ainda busca a aplicação prática de conhecimentos para a solução de problemas sociais (Boaventura, 2004).

Para a fundamentação teórica utilizamos autores como, Silva (2007), Souza (2012), Kauanga (2005), Santos (2014), Moura (1987) e Ribeiro (2014) para definir as questões referente a identidade quilombola. No marco legal analisamos as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), Lei Nº 10.639/2003, a Lei Nº 11.645/08.

Utilizamos o questionário como instrumento de coleta de dados como meio de investigar a identidade dos sujeitos da pesquisa e suas raízes quilombola. Gray (2012) afirma que:

[...] os questionários são ferramentas de pesquisa por meio das quais as pessoas devem responder o mesmo conjunto de perguntas em uma ordem pré-determinada. [...] são uma das mais usadas técnicas de coletas de dados primários. [...] os questionários podem ser usados quando forem adequados aos objetivos da pesquisa. [...] onde forem preciso usar perguntas padronizadas o questionário é ideal e permitirá, se for necessária uma abordagem analítica explorando as relações entre variáveis. (GRAY 2012, pg.275)

No total foram 75 questionários enviados para os sujeitos desta pesquisa, dos quais 43 foram respondidos, de modo que os resultados foram tabulados e analisados. O questionário foi organizado em cinco blocos, cada bloco contendo dez perguntas, onde consideramos a faixa etária e a cognição dos sujeitos participantes.

No primeiro bloco as perguntas foram sobre o perfil dos alunos envolvidos. No segundo bloco fizemos uma descrição sobre o perfil das famílias dos sujeitos. No terceiro bloco apresentamos questões que retratasse sobre a comunidade de São Braz. No quarto bloco focamos assuntos referentes à escola e fizemos uma descrição detalhada de como eles compreendem a escola e as características para a oferta de uma educação quilombola. E por último, tentou-se fazer um levantamento sobre os programas sociais que estes alunos são beneficiários, a fim de se entender os aspectos sociais que os sujeitos estão inseridos. Para finalizar o questionário, foram lançadas charges e imagens referentes aos aspectos da cultura negra, onde os alunos pudessem apresentar suas opiniões e posicionamentos a respeito das características sociais e culturais dos negros que influenciam na sua própria identidade.

A principal ferramenta para elaboração do questionário foi *Google Forms*, sistema operacional gratuito disponível na plataforma Google. Para o encaminhamento do link do questionário utilizamos o Facebook, em virtude de alguns participantes da pesquisa não possuírem e-mail e a maior parte deles possuía uma conta nesta rede social. A baixa qualidade da internet na comunidade de São Brás foi uma das dificuldades e limitações encontradas para a aplicação dos questionários. Durante a aplicação foi possível perceber o engajamento e o compromisso dos alunos (sujeitos) em responder o questionário o que foi surpreendente para as pesquisadoras e fundamental para o respaldo quantitativo e qualitativo da pesquisa.

Assim, esta análise justifica-se à medida que procura buscar entender como a escola contribui para o fortalecimento da identidade quilombola e como a estigmatização histórica e o preconceito racial resulta no menor reconhecimento e no pertencimento dos alunos com a identidade negra e remanescente de quilombo.

2. Quilombo e educação: aspectos históricos e conceituais

Buscamos compreender a temática do quilombo em suas dimensões política e histórica a partir dos pressupostos teóricos que elucidam o objeto deste estudo. Como explica Souza (2012):

“quilombo histórico lugar de resistência de memória da resistência negra , como referência simbólica e conteúdo político e quilombo de direito conforme o artigo da Constituição Federal de 1988 em que documentos sítios atestam sua existência histórica e legitimidade jurídica e pertença cultural remanescente”. (SOUZA, 2012 p.73)

Souza (2012) afasta a ideia de que os quilombos no período colonial eram como agrupamentos sociais isolados ou marginalizados. Hoje se ressalta que os quilombos já eram há séculos:

“grupos de ocupação temporal ou de aprovação biológica, não de grupos isolados, a população nem sempre foram constituídos a partir de rebelados, constituem grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência [...] a concepção de que quilombos eram constituídos somente por africanos escravizados foi modificada ao longo do tempo mediante as reivindicações dos próprios quilombolas e das pesquisas de estudiosos. Insistir nessa concepção reducionista significa negar ou tentar invisibilizar o sentido histórico cultural e político dos quilombos”. (BRASIL, 2013 p.429).

É importante salientar que durante o período do Brasil colonial ainda não se tratava esses espaços como comunidades, mais sim de quilombos. Na visão histórica e de resistência ressalta-se a complexidade e as dimensões culturais e sociais deste povo. O quilombo virou um símbolo do quilombismo: movimento que proporcionou a construção dos quilombos e conseqüentemente das atuais comunidades quilombolas. Silva (2007) define:

“comunidade quilombola é toda comunidade negra rural, descendentes de escravos, cuja produção é utilizada para a subsistência das famílias. As comunidades são espaços habitados secularmente por descendentes de mulheres e homens escravizados e também de negros livres” (SILVA, 2007 p.75).

Para as Diretrizes Curriculares da Educação (2013, p. 429) o quilombamento é o processo de tornar-se quilombo. A Bahia foi o território brasileiro que recebeu grande quantitativo de escravos no período colonial, negros escravizados, que deram origem aos quilombos. Para entender as características quilombolas faz-se necessário perceber a relação étnica da Bahia com a África, iniciada desde o século XVI. Para as Diretrizes Curriculares (2013, p. 435) esta relação trata-se: “portanto de uma diáspora africana tema pouco discutido, mais se resume em entender que o movimento de saída da população de sua terra de origem para outra”.

Os quilombos existem onde houve a escravidão negra, é uma resposta a luta pela sobrevivência do povo negro no Brasil. Filho (2008, p.18) afirma: “o negro, rapidamente, assistiu à desintegração da sua cultura, enquanto as suas relações com a população dominante, por determinantes de caráter econômico e cultural, se transferia para outros campos da vida social” (FILHO, 2008, p.18). Filho (2008) complementa que o: “Recôncavo, economicamente, não poderia existir sem o negro. Aí, numa população onde a porcentagem negra era incomparavelmente maior do que qualquer outra, o caldeamento de brancos e pretos se realizou rapidamente” (FILHO, 2008, p. 124).

O recôncavo baiano, por sua vez, foi uma região que surgiu das relações não harmoniosas entre negros, escravos e os senhores de engenho de cana de açúcar durante o século XV e XVI. Por isto, os altos índices de comunidades quilombolas neste território. Oliveira (2010 p.5) afirma que no recôncavo existem relações com identidades próprias onde as características sociais, culturais e históricas são singulares, o que define a importância dos municípios e povoados. Nesse sentido, a identidade quilombola é “entendida como um processo de construção de significado com base em atributo cultural” (SOUZA, p.80).

A percepção do que foi e o que é a comunidade quilombola para os jovens estão carregadas de pré-conceitos históricos construindo por gerações, até mesmo na escola onde o processo de resgate e de valorização

deveriam acontecer. A educação destinada aos alunos negros ou não como define Munanga (1999): “é uma educação envenenada pelos preconceitos não existindo práticas educativas inovadoras e transgressoras em prol de um resgate, em busca da reconstrução social e valorização da identidade negra, nem tão pouca quilombola.” (MUNANGA, 1999, p.16)

A maneira como foi transmitido o cerne dos questionamentos em torno da questão indenitária à transmissão dos costumes culturais negros sempre foram carregados de pré-conceitos. Munanga (1999, p.23) afirma que:

“Embora concordemos que a educação tanto familiar como escolar possa fortemente contribuir nesse combate, devemos aceitar que ninguém dispõe de fórmulas educativas prontas a aplicar na busca das soluções eficazes e duradouras contra os males causados pelo racismo na nossa sociedade. A primeira atitude corajosa que devemos tomar é a confissão de que nossa sociedade, a despeito das diferenças com outras sociedades ideologicamente apontadas como as mais racistas”.

A educação deve reestruturar a identidade dos alunos e alunas das comunidades remanescentes quilombolas. Essa foi e, ainda é, o maior desafio para o processo educacional nas escolas situadas nos territórios quilombolas. Segundo Hobsbawm (2006), somente quando a tradição reinventa-se ela pode perdurar e a educação tem um papel fundamental nesse processo de reafirmação identitária, conforme determina a DCN:

:

Portanto pensar na educação quilombola deve-se pensar na história e na educação como meio também de reação a luta contra a desigualdade racial. O currículo definido aqui como “um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade” na organização educacional devemos analisar de forma cuidadosa esse instrumento não esquecendo das suas funções no processo de ensino aprendizagem desmistificar e esclarecer os fatos históricos e culturais. (BRASIL, 2013, pg.447)

Silva (2011) também explica aspectos da modalidade de educação quilombola e sua necessária relação com a identidade

E, para pensar uma educação quilombola, algumas perguntas precisam ser feitas para que possamos caminhar rumo à construção de indicadores que possibilitam de forma mais inclusiva tratar da história e cultura desses grupos que até então não foram entendidos e retratados de forma a positivar a sua presença no Brasil, seus saberes, seus modos de viver, e de se organizar, nem foram reconhecidas as inúmeras contribuições no processo de formação do povo brasileiro nos mais variados. (SANTOS pg.4)

A educação tem um papel fundamental no processo de reafirmação da identidade, pois tem a possibilidade de reconstruir a valorização da cultura dos sujeitos remanescentes do quilombo. Portanto, pensar em uma educação quilombola requer buscar na história a origem da formação do povo brasileiro para desmistificar e esclarecer os fatos históricos, sociais e culturais. Buscando compreender, portanto, como esses elementos interferem nos movimentos de luta contra a desigualdade racial.

3. Um olhar sob a identidade dos jovens da Comunidade de São Braz

Para a investigação do objeto foram aplicados questionários. Este instrumento foi disponibilizado para os setenta

e cinco (75) alunos, que compõem o segmento do fundamental do 6º ao 9º ano da escola. Todos são estudantes do turno matutino e destes 79% não exercem atividade remunerada. Acrescenta-se que são jovens em idade média entre 13 e 15 anos.

No bloco perfil dos alunos, pontuamos questões sobre a cor, como uma das categorias a serem analisadas e importantes para entendermos os aspectos sobre identidade negra quilombola. Todavia, vale dizer que essa categoria não foi o único ponto analisado. Na questão: Como se consideram As respostas foram agrupadas conforme o sistema classificatório oficial do IBGE (2010), que define em: preto, pardo, branco, amarelo e indígena.

Nesta perspectiva, 71,4% dos respondentes consideram-se negros, 26,2% pardos. Contudo, é importante mensurar que apesar de se declararem negros não existe valorização e sim, uma negação da própria cor e da sua origem negra. Isso ocorre devido à influência de processos sociais históricos que colaboram para a perpetuação desse estigma negativo da sua história e da “cor repleta” de preconceitos. Para os jovens, o fato de se identificarem e assumirem a sua cor preta pode também reafirmar a sua condição de marginalizados e inferiores, por este motivo, nas falas e ações muitos optam por se assumirem “morenos”.

Os envolvidos tiveram também que responder sobre as características familiares. A forma coletiva de viver, bem como, as características da comunidade quilombola. Para Lara (2012), as comunidades quilombolas “são também percebidas como aquelas que congregam laços de convivência e coletividade” (LARA, 2012, p.21). Essa afirmação de Lara explica o número expressivo de familiares morando na mesma casa. Cerca de 78,6% dos alunos, moram com três a sete membros da família entre avós, pai, mãe, irmãos, tios em moradias adquiridas por recursos próprios.

A renda dessas famílias é mantida 38,1% por suas mães, seguindo de pais 26,2% e os avós 23,8%. O IBGE (2010) já aponta que 87,4% das mulheres no Brasil são chefes de família, essa é a mais recente configuração econômica familiar. As principais atividades são realizadas pelas mães, as quais mariscam, vendem, ou trabalham muitas vezes como domésticas em outros municípios como Salvador, São Paulo, Saubara, a fim de se manter a renda familiar em suas casas. E os avós tornam-se responsáveis por acompanhar a criação dos jovens e complementar a renda.

Tratando-se ainda da estrutura familiar dos sujeitos, um ponto relevante foi a descendência afro dos jovens. Ao serem questionados se na sua família existia descendência afro, os 88,1% responderam que existem pessoas afrodescendentes em sua família. Poderíamos considerar o dado positivo, porém, levando-se em consideração a localidade quilombola de São Braz, este dado poderia ser 100% por ser um grupo onde houve a predominância da etnia negra na sua composição familiar.

Sobre a composição familiar do povo de São Braz, Santos (2014), em sua dissertação intitulada: “Ancestralidade e história no Recôncavo Baiano: construção do conhecimento ancestral no povoado de São Braz, em Santo Amaro” esclarece sobre: “o baixíssimo nível de mistura étnica em moradores da localidade, cujos índices de ancestralidade genética africana variaram entre 98% a 99%. Geneticamente falando, esse grupo pouco se interrelacionou durante séculos de existência” (SANTOS, 2014, p.124)

Existiram quatro outros blocos de questões subjetivas, onde os alunos discorreram sobre aspectos da sua identidade que fundamentaram os dados desta pesquisa e permitiram compreender a relação da identidade cultural dos alunos do ensino fundamental, e ainda, perceber como a escola contribui para o fortalecimento da identidade da comunidade quilombola de São Brás.

Os resultados identificados na investigação da pesquisa permitiram afirmar que a escola não aplica as diretrizes estabelecidas pela DCN, direcionadas à modalidade de educação quilombola. Isso se justifica também pelo fato de que atualmente a Secretária Municipal de Educação, órgão responsável pela implementação e execução das políticas públicas para a educação do município. E ainda, o Conselho Municipal de Educação (CME) que é a instituição responsável por fiscalizar e controlar a execução dessas políticas, não têm exercido o que a Lei determina.

As análises da pesquisa revelaram que as estratégias didáticas de aprendizagem aplicadas na unidade escolar Centro Educacional Municipal Ana Judite de Araújo Melo não atentam para o fortalecimento da identidade dos jovens alunos. Os documentos como o PPP, a matriz curricular, os livros didáticos, as práticas metodológicas utilizadas pelos professores não estão articuladas com as políticas específicas para alunos e alunas, remanescente de quilombo, conforme expressa na legislação da educação brasileira.

Um exemplo dessa questão é a alimentação ofertada pela escola para seus alunos, pois a Lei estabelece que: “os alunos de uma comunidade quilombola deverá considerar conhecimentos tradicionais, saudáveis, superando práticas alimentares massificadas e industrializadas” (BRASIL, 2013, p.460). Assim, a política de alimentação deve ser diferenciada, com produtos fruto da subsistência da comunidade local. Possibilitando, deste modo, o fortalecimento econômico e cultural dessa população. Nas respostas dos alunos, sobre esta questão, encontramos relatos sobre a repetição da alimentação distribuída e que os produtos são industrializados, o que não condiz com as determinações pontuadas na legislação.

Lamentavelmente o que percebemos no cotidiano dessa escola é uma descaracterização e descumprimento legal de uma educação específica para essa comunidade quilombola, conforme determinado pela legislação. Na prática, essa educação torna-se generalizada, com poucos mecanismos ou até mesmo ausência de instrumentos de suporte educacionais e didáticos que sustentam a concepção de uma oferta para uma educação que atenda aos remanescentes de quilombo.

Essa questão nos remete à história brasileira de como o negro sofre com os processos excludentes e de abandono, pela ausência do cumprimento legal e da completa veracidade dos mecanismos para exercer o direito a uma oferta de uma educação que atenda as especificidades da população negra, em especial os remanescentes do quilombo. Ribeiro (2014) afirma que a atuação do Movimento Negro tem como objetivo “a garantia para os avanços e as conquistas para a população negra no Brasil, em busca de uma reparação histórica política e sociocultural” (RIBEIRO, 2014, p.99). Munanga (2005) esclarece que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos.

Segundo Souza (2012) é preciso compreender a importância do cumprimento da legislação para a oferta de uma educação para os remanescentes, porque isso interfere no processo de reconhecimento da identidade. O que pode servir para reforçar os elementos culturais dessa população, elementos os quais possibilitarão a inclusão ou a sua exclusão social.

Portanto, compreendemos que a identidade quilombola precisa ser resignificada e a educação é um mecanismo para amenizar e buscar estratégias para combater os pré-conceitos existentes. Resgatando significativamente, a luta por espaços de vida, ancestralidade, memória, conhecimentos tradicionais, formas de cultura e de cuidado para este povo.

Na tentativa de continuar a entender como a educação quilombola pode ser um viés de valorização dessa identidade cultural, buscamos compreender como é planejada e estruturada a educação quilombola no município de Santo Amaro. Sentimos assim, a necessidade de se analisar como a modalidade de educação quilombola está definida no Plano Municipal de Educação (PME) que foi aprovado, em 22 de junho de 2015.

Após as leituras e as análises da Lei N.º 2016/2015, do PME, foi possível identificar que neste documento, que planeja a educação municipal para os próximos dez anos, não existe nenhuma alusão à educação quilombola. Percebemos que alguns dos objetivos que foram elaborados para atender às demandas da educação do campo, assemelham-se às questões da população quilombola. O que mostra uma superficialidade e fragilidade nas relações educacionais étnicas que não são levadas como premissas em um contexto que deveria ser diferenciado pela especificidade do município que possui inúmeras comunidades remanescentes de quilombo.

Apesar de não existir, no PME, planejamento de ações voltadas para a comunidade quilombola, o município por meio da Lei nº 11.494/2007 recebe recursos para a garantia e distribuição anualmente. A fim de subsidiar o funcionamento, a organização, a gestão e a formação continuada de professores, como determina as DCNs: “ter

rubrica própria que atenda suas especificidades” (BRASIL, 2013, p.454). Assim, o município dispõe de orçamento para o atendimento específico para as escolas quilombolas, embora esse atendimento não seja prioridade para o município.

Além do PME, outro documento importante é o Projeto Político Pedagógico (PPP) que é o instrumento de planejamento das ações de cada unidade escolar. Este possui uma escala institucional local, por isso requer atenção especial quanto às questões do nosso objeto de estudo. Pois, este documento norteia as ações didáticas, administrativas e pedagógicas da escola. Assim, compreendendo a importância do PPP, tentamos localizar este documento no Centro Educacional Municipal Ana Judite de Araújo Melo. Nosso objetivo seria fazermos uma leitura e análise para identificarmos as ações que foram discutidas na construção deste instrumento para o atendimento das características do alunado remanescente de quilombo, conforme as especificidades determinadas na legislação educacional brasileira.

Infelizmente, o PPP não foi encontrado na unidade escolar, pois segundo às informações da gestão escolar, “o documento, ainda será reelaborado, por não apresentar aspectos específicos e direcionados ao atendimento peculiar da comunidade quilombola”. A proposta para a reelaboração ou construção do PPP da unidade escolar Ana Judite de Araújo Melo seria uma tentativa de adequar o documento e o planejamento das ações dessa unidade escolar às determinações legais para a população quilombola local.

Neste sentido é que as DCN estabelecem que a escola deve ter:

“uma proposta transgressora que induza um currículo a romper práticas ainda inflexíveis em tempos e espaços escolares rígidos na relação entre o ensinar e o aprender com a visão estereotipada e preconceituosa sobre a história e a cultura de matrizes afrobrasileira” (BRASIL, 2013, p, 466).

Para atingir um currículo transgressor enfatizado pelo DCN é importante pontuar a educação quilombola em legislações específicas. Buscando orientações legais na construção de ações pedagógicas no ambiente escolar que façam valer o papel da escola enquanto agente transformador social em uma comunidade remanescente.

Assim, percebemos que a construção da cidadania e de direitos que tanto discutimos na escola é algo que na prática cotidiana escolar, ainda, não vivenciamos no Centro Educacional Ana Judite de Araújo Melo. Desta forma, a comunidade quilombola apesar de ter uma unidade escolar que atende a sua população, deixa de ter a garantia dos seus direitos atendidos pela ausência de significados e símbolos ligados à valorização da sua identidade cultural. .

Para melhor entendermos esta problemática discorrida no parágrafo anterior e o seu impacto da valorização da sua identidade cultural na comunidade quilombola de São Brás, na pesquisa, o instrumento que utilizamos foram os questionários. Neles inserimos algumas imagens como meio de fomentar as percepções dos alunos sobre as características do seu povo negro. Assim, foi solicitado que os sujeitos deixassem as suas impressões sobre a compreensão e a sua identidade com essas imagens. Nas respostas escritas foi detectada a falta de valorização da identidade negra entre os jovens. Havendo perceptivelmente um esvaziamento e afastamento dessa identidade. Acreditamos que isto ocorre pela desvalorização histórica que passaram as comunidades quilombolas e, como consequência, percebemos a ausência de políticas públicas que possa garantir o reconhecimento da população quilombola.

Munanga (2005, p.3) explica que os alunos afrodescendentes associam o processo histórico do negro no Brasil com sua identidade. Como existiu a escravização e depreciação do negro durante todo o processo histórico social desse povo, hoje as mazelas históricas dolorosas muitas vezes, são colocadas na memória coletiva social do povo afrodescendentes o que desempenha um papel fundamental na construção identitária. Souza (2012, p.81) enfatiza “questões elaboradas no presente que se quer compreender, a memória é uma (re) construção porque ela se realiza no presente com material do passado”.

Sobre esta questão continuemos: “a identidade evoca sempre os conceitos de diversidade, isto é, de cidadania, raça, etnia, gênero, sexo, com os quais eles se mantêm relações ora dialéticas, ora excludentes”. A identidade atual dos jovens da comunidade de São Braz é um reflexo histórico excludente que passaram o povo quilombola, para combater esse esvaziamento e marginalização da memória negra. Munanga (2005, p.20) pontua que “tomada de consciência das diferenças desemboca em processo de formação das identidades”, tomar consciência do seu processo histórico, cultural e social é importante para começar a elevar a identidade desses alunos.

A identidade quilombola está ligada à memória coletiva de povo remanescente que internalizou as dores e pré-conceitos ligados ao seu povo, aos seus costumes e a sua religião. A religiosidade caracteriza fortemente esta situação. Este é um ponto importante a ser referenciado tratando-se de um aspecto cultural, por isto, foi uma categoria analisada nos questionários desta investigação.

Assim, quando os alunos responderam a respeito da religião a qual eles e suas famílias pertencem, nenhum deles professou pertencer às religiões de matrizes africanas. Aqueles que são simpatizantes e, até mesmos, os praticantes dessa religião não assumiram. O que causa perplexidade, uma vez que a religião é um elemento que faz parte da cultura de um povo. A essa negação histórica pode-se associar ao nosso processo de colonização, o qual envolveu os negros que descenderam dessas famílias e, como resultado, o pré-conceito dos afrodescendentes quilombolas, que continua incrustado devido há anos de colonização e de marginalização das religiões de matrizes africanas.

Para Munanga (1999) a religião afro, no contexto escolar, tem a construção baseada na negação das raízes negras: “A predominância de uma única matriz religiosa na educação das escolas, ensinada sob forma de catequese e não de apreciação histórica e cultural das diversas religiões, tem contribuído para [...] internalizar a imagem idealizada negativa que a escola expande, da religião de origem africana.” (MUNANGA, 1999, p.1).

Cabe à escola, ainda, compreender a importância do seu papel social e de formadora de cidadania, principalmente, quando abordamos a parcela da população afrobrasileira, que precisa buscar o resgate, a afirmação e a valorização da identidade. O grande desafio da educação em suas práticas como afirma Munanga (2005, p. 21) é “buscar estratégia na luta contra o racismo a partir da problemática da negritude, entender as dificuldades que os afrodescendentes encontram para canalizar politicamente sua identidade cultural”.

Em síntese, os resultados registrados neste artigo possibilitam entender a necessidade de se pensar, planejar e efetivar uma educação significativa e de qualidade para o atendimento dos jovens quilombolas. Onde, estes estudantes sejam estimulados, na sua escola, a valorizar sua identidade, a repensar a sua condição social e a de seu povo. O que possibilitará, certamente, a preservação dos aspectos culturais dos afrodescendentes para as próximas gerações.

A falta de práticas educativas fundamentadas nas diretrizes endossa a ausência do real valor e importância da resistência cultural dos povos remanescentes. Entre os jovens, contribuindo para uma educação quilombola esvaziada, sem mecanismos, instrumentos, didáticos que sustentam a valorização identitária do seu povo, conforme determina a legislação brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados e estudos realizados nesta pesquisa foi possível inferirmos que as DCNs, na prática cotidiana do Centro Educacional Municipal Ana Judite de Araújo Melo, não são aplicadas. E ainda, que os jovens estudantes pertencentes à comunidade quilombola de São Braz, ficam cada vez mais distantes do reconhecimento dos seus direitos e de suas historicidades, o que contribui em sérias consequências negativas, as quais perpassam pelo autoconhecimento, autoaceitação e, finalmente, autoafirmação desse povo, de modo que a identidade destes adolescentes seja cada vez menos valorizada.

Podemos também, constatar que a educação ofertada ao povo preto jovem desta comunidade, não desmistifica e não valoriza suas raízes históricas de resistência. O que continua deixando este adolescente à margem da

sociedade. A ausência de uma educação de qualidade insere estes alunos em um processo de marginalização, semelhante no período colonial quando houve o surgimento do quilombo. Não os empoderando dos seus direitos constitucionais e das conquistas históricas obtidas através das lutas dos seus ancestrais que sobreviveram e resistiram para guardar a riqueza cultural do seu povo.

No cotidiano escolar o que percebemos é que os jovens da comunidade de São Braz possuem uma educação descontextualizada com o processo de resgate e afirmação cultural do seu grupo social brasileiro, como o quilombo. As características de ancestralidade, de resistência à cultura, o empoderamento dos direitos adquiridos durante o processo histórico de luta dos negros não fazem parte do currículo destes estudantes. Não é observado nas práticas pedagógicas, nem no processo de ensino-aprendizagem do ambiente escolar em estudo. Com isso, o processo de valorização e resgate da identidade desses sujeitos da pesquisa é algo superficial, sem impactos positivos.

O processo de ensino do Centro Educacional Municipal Ana Judite de Araújo Melo está desarticulado em alusão as DCNs e outros documentos legais que trazem as orientações necessárias para nortear as políticas e ações de forma planejada e articulada. Para a garantia, portanto, de uma oferta de educação de qualidade para os alunos remanescentes da comunidade quilombola de São Brás.

Deparamos-nos com situações carregadas, ainda, de pré-conceitos, estranhamentos e falta de conhecimento acerca da questão educacional em pauta. E principalmente, sobre a aplicação de um currículo que atenda à educação quilombola. Percebemos no cotidiano da escola que os documentos como as DCNs da Educação Básica não subsidiam as propostas pedagógicas, apresentando solidez em uma educação étnica, que busque romper com os processos de aprendizagens eurocêntricos, colonizadas e segregacionistas, as quais colocam o negro em uma condição marginalizada.

Os teóricos que dialogamos nesta pesquisa apontam críticas sobre as práticas educativas que ainda existem carregadas de estereótipos e descontextualizadas na educação. O que foi observado na escola em análise, a falta de ferramentas apropriadas para práticas escolares baseadas nas DCNs, é um problema ainda a ser superada. O currículo escolar da unidade educativa em foco não está adaptado para uma escola quilombola. Não existe alimentação diferenciada, o PPP não foi encontrado na unidade escolar, os livros didáticos não possibilitam que os jovens enxerguem suas histórias e possam identificar as características de sua comunidade.

Os sujeitos desta pesquisa não se enxergam e não percebem a sua localidade como fruto de uma história coletiva única e de resistência. É neste **panorama que a escola deveria atuar como uma ferramenta de aprendizagem e formação crítica no processo de conscientização frente a indeferimentos de direitos e valores culturais**. De fato, a inclusão e a valorização ainda não se constituíram como prática educativa que garantam o atendimento da especificidade quilombola para os alunos da comunidade de São Brás.

Assim, percebemos a dificuldade dos alunos em construir laços de pertencimento, a fim de ressignificar a sua identidade. Visto que, a escola não possui uma proposta educacional que possa contribuir para o reconhecimento e valorização da cultura quilombola. Ressaltamos, contudo, a importância para que as estratégias educacionais sejam apropriadas para a modalidade de educação quilombola. Cabe ao Estado, bem como, ao poder público local, fiscalização atuante e medidas educacionais elucidativas e significativas para que o currículo da comunidade de São Brás atenda às necessidades inclusivas de resgate e valorização do povo quilombola pertencente nesta localidade. Os profissionais da educação devem na prática, utilizar a escola como espaço para a formação de identidade. Onde os indivíduos negros jovens perpetuem uma história de resistência e se empoderem dos seus direitos adquiridos ao longo do tempo, através de muitas lutas. Contribuindo, desta forma, para reconstrução e formação identitária do povo local e, concomitantemente, buscando desconstruir relações discriminatórias e racistas, a fim de gerar uma valorização sociocultural dos alunos do Centro Educacional Municipal Ana Judite de Araújo Melo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BOAVENTURA Edivaldo, **Metodologia da Pesquisa Monografia**: Dissertações e Tese, Editora Atlas, São Paulo 160p. 2004.

BRASIL. **Diretrizes curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral, 562p.2013.

BRASIL. LEI N.º 10.639/2013 **Lei de educação étnico racial**. Disponível em:
> Acesso em: 18 de agosto de 2017.

BRASIL. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p. Disponível em: [secad>arquivos>pdf](#). Acesso em 20 de outubro de 2017.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, A XENOFOBIA E AS INTOLERNCIAS CORRELATAS. **Negro e Afrodescendente**. 2001, 18p. Disponível em: . Acesso em: 9 de nov.2017

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à geografia cultural**. 2ed Rio de Janeiro; Bertrand, Brasil, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS (CONAQ). **Certificações das comunidades quilombolas**, 2016. Disponível em: < <http://www.conaq.org.br/>> Acesso em: 17 de agosto de 2017.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Para que serve o DCN** Disponível em:
>. Acesso em: 08 de junho de 2017.

BRASIL. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Educação Quilombola**. Disponível em: Acesso em: 17 de agosto de 2017.

FILHO, Luiz Viana “**O negro na Bahia**: um ensaio clássico sobre a escravidão.1ªed.Salvador EDUFBA, 230p. 2008.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Comunidades quilombolas**, 2015. Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em: 11 de agosto. 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA EMBRAPA. Perfil ambiental das Cidades. Disponível em: . Acesso em: 9 de nov. de 2017.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**; tradução Roberto Cataldo Costa. 2ª ed. Porto Alegre: Penso 2012.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. **A inovação das tradições**. Rio de Janeiro Paz e Terra, 23p.2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Renda familiar**. Disponível em: . Acesso em: 01 de nov. de 2017.

INSTITUTO PATRIMONIO HISTÓRICO DA HUMANIDADE–IPHAN. **Santo Amaro**. Disponível em: . Acesso em: 10 de nov. 2017.

LARA, L.M. Esporte e lazer em comunidades quilombolas no paraná: Identificando realidades e apontando desafios para implementação e/ou aprimoramento de políticas públicas. **Pensar a Prática**, v.15, n.1,

p.1271, 2012.

MELO, Ana Paula Nunes. **Plano Municipal de Educação**: uma análise dos processos de construção no município de Várzea da Roça - Bahia. 2016. 170f . Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – MP – GESTEC, Salvador, Bahia. Disponível em: < <http://www.uneb.br/gestec/files/2016/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-Mestrado-Ana-Paula-Nunes-Melo1.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MOURA, Clóvis **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo Editora Ática, 1987.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**. Disponível em: . Acesso em: 8 de nov. de 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil Identidade Nacional Versus Identidade Negra**. São Paulo Ed. 3 Editora Autêntica 128p.1999

OLIVEIRA, Alessandra Araújo **Dinâmica Territorial do Recôncavo Baiano**: Especialidade e Temporalidade. In XVI Encontro Nacional dos Geógrafos.2010,Porto Alegre, Anais 2010 pg.1-13Disponível em: < <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/09.pdf>>. Acesso em: 17 de out. de 2017.

M, Zilda. **Isto é Santo Amaro**. 3. ed. Salvador. Academia de Letras, 230p.2005.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)**. Ed. Garamond, Rio de Janeiro, 368p, 2014.

SANTOS, Aline de Assis. **Ancestralidade e história no Recôncavo Baiano**: construção do conhecimento ancestral no povoado de São Braz, em Santo Amaro. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Salvador, 130p, 2014. Disponível em . Acesso em: 26 de set. de 2017.

SOUZA, Laura Oliveira Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. 1ª Ed. Nova Fronteira Rio de Janeiro,131p. 2012